

Prefácio

A Economia é uma ciência social sob tensão. Talvez sempre o tenha sido, na justa medida em que a controvérsia e a contraposição de perspectivas é uma marca antiga e persistente das ciências sociais. Contudo, os tempos que correm parecem autorizar-nos a dar um sentido reforçado à afirmação inicial. A razão está no facto de a falta de pluralismo se ter tornado particularmente aguda e, sobretudo, na muito evidente posição de domínio assumida por uma concepção disciplinar que pretende fazer da Economia uma ciência que se limita a tratar de escolhas sujeitas a incentivos individuais facilmente quantificáveis, uma mecânica de trocas e de transações assente numa normatividade mercantil que naturaliza os mercados e, adicionalmente, os considera suficientes para definir os sistemas económicos. Quando isto ocorre, uma consequência previsível é a fragilização das perspectivas que se oferecem e uma busca tensa de novas reconfigurações disciplinares.

É certo que terá havido muitos momentos – tanto em passados distantes como mais recentemente – em que as coisas não foram exatamente assim. Olhando apenas para Portugal e para os nossos dias, pode observar-se que a Economia se apresentou noutras circunstâncias (as ainda recentes décadas de setenta e de oitenta) como uma disciplina interessada na compreensão do sistema económico na sua globalidade – isto é, nas atividades que o formam, nas articulações que o estruturam e nas interdependências de diferentes naturezas que inibem ou fomentam as suas dinâmicas. Num período significativo da consolidação da disciplina, esta preocupou-se igualmente em oferecer leituras sobre as políticas económicas e as lógicas que lhes presidem, com atenção à imersão social e política dos problemas, às ideias ou à história do pensamento e dos factos económicos. Procurou-se, por isso, atender aos *processos* (de desenvolvimento, de crescimento e de industrialização), às *políticas* (políticas agrárias e de desenvolvimento agrícola, políticas de industrialização, modernização e infraestruturização do país) e às *relações* entre espaços económicos (integração económica pelo comércio internacional ou pelo investimento direto). Dava-se, pois, lugar à compreensão dos macroproblemas e das

macrotendências da economia e das relações que esta estabelece. O conhecimento económico apresentava-se, assim, como um conhecimento híbrido, ou “impuro”.

No entanto, a redução epistémica da Economia é hoje muito forte. Tem-se tornado claro que a ciência económica assumiu uma norma e procurou torná-la prevacente. A disciplina normalizou-se através da redução do problema económico e do esquema analítico adoptados, colocando alguns saberes que antes assumiam uma natureza substantiva na condição de especificações marginais.

A hipótese que formulo é que o problema que passou a predominar deixou de ser a compreensão sistémica do funcionamento económico (estrutura, inter-relações e dinâmicas) e dos processos que nele se desencadeiam para ser essencialmente a aplicação, através de medidas quantificadas, de uma ciência dos mercados e dos incentivos que norteiam os comportamentos individuais. Esta regressão disciplinar inviabilizou a “convivência” com outras perspectivas dentro das ciências sociais e levou ao abandono de palcos mais abertos, confinando-se a ambientes muito estritos. Por parte da Economia dominante trata-se porventura de renunciar à sua condição de ciência social, recusando uma visão da complexidade que a impediria de “coisificar” as circunstâncias económicas e de rejeitar a incrustação social, cultural, política e institucional dos problemas que estuda.

O isolamento do campo da Economia e a hostilização da diversidade promovem uma unicidade empobrecedora dos estudos económicos. Por isso, são cada vez mais audíveis as vozes a favor do reforço do pluralismo interno e da abertura interdisciplinar capaz de estimular a inovação e a renovação teóricas. Os numerosos manifestos provenientes dos meios académicos dos economistas indicam que a Economia, sendo uma disciplina onde o pluralismo e a aposta interdisciplinar se manifestam já muito expressivamente, sofre, no entanto, de uma fortíssima dessintonia por parte do conhecimento e das opções prevacentes no meio académico. A redescoberta da sua competência, através do pensamento crítico e do desenvolvimento de novas ideias exigidas pelas circunstâncias contemporâneas, a busca do realismo e da relevância que um envolvimento com o mundo real, com a história e com a ética lhe há-de impor, a abertura que o confronto com a diversidade sugere – tudo isto pode mudar o panorama de uma ciência económica em que as visões redutoras ainda são dominantes. Para isso, o contributo daqueles que,

interessando-se pelo económico, não fazem parte desta Economia são muito importantes, sejam eles economistas ou outros cientistas sociais.

Por todos estas razões, *A constituição social da economia* é um livro merece ser saudado, pois constitui um significativo contributo para uma discussão relevante nas ciências sociais contemporâneas. É composto por seis artigos que visam, no seu conjunto, esclarecer, entre outros, os seguintes aspetos: as determinantes sociais, de natureza não-mercantil, que estão presentes no funcionamento da esfera mercantil da economia, colocando no devido lugar os pressupostos que naturalizam o mercado ou lhe dão características autossuficientes; o papel das configurações jurídico-políticas que constituem ou viabilizam as transações; a natureza complexas das redes sociais e das formas organizacionais que se conjugam com os procedimentos económicos, sem que estes possam ser considerados autónomos relativamente a esse enquadramento. Em conjunto, os vários contributos partilham convicções fortes sobre a incrustação social da economia e, sobretudo, sobre a natureza construída dos mercados, que devem ser encarados como um mecanismo social de coordenação que, na economia e na sociedade, compartilha o espaço que é igualmente ocupado por outros mecanismos, num processo de interdependências em que a complexidade se torna evidente.

Cada um dos capítulos trata problemas distintos, embora convergentes. A sociologia dos mercados, com um estudo sobre a organização mundial do comércio; as redes sociais que rodeiam o desenvolvimento empresarial; as instituições e as práticas diferenciadas presentes na procura de habitação; o designado terceiro sector enquanto elemento da pluralidade que define a governação económica e social; a política industrial enquanto expressão das condições institucionais que, através do Estado, estão associadas à mudança estrutural que outros mecanismos, por si, não asseguram; os aspetos relacionais inerentes e indispensáveis a propósitos de coesão social – eis os seis temas específicos que dão espessura ao tema geral, antecidos por uma introdução em que se enfatiza o significado da discussão num momento especialmente interpelativo como o atual e se recordam as mensagens institucionalista que

desenvolveram a intuição polanyiana, atribuindo-lhe a condição de fio condutor dos diferentes contributos.

Escrevi noutras circunstâncias que a robustez pluralista da Economia depende criticamente de um regresso ao interesse pelos sistemas sociais, pela sua estrutura, organização, interdependências e dinâmicas. Muitos argumentos de autoridade podem ser convocados neste sentido, pois são várias as visões cultas que convergem para tal ideia. Parecem-me, no entanto, particularmente certeiras e agudas as reflexões de um economista que em 1979 recebeu o prémio Nobel da Economia, Trygve Haavelmo. Elas são muito esclarecedoras para compreendermos as tensões a que um programa de investigação em Economia deve estar sujeito: “as teorias económicas existentes não são suficientemente boas. Partimos do estudo do comportamento individual em diferentes condições de escolha. Tentamos então construir um modelo da sociedade económica na sua totalidade através de um assim designado processo de agregação. Penso agora que isto, na verdade, é começar no ponto errado. Se partirmos de uma sociedade realmente existente podemos pensá-la como uma estrutura de regras e regulamentos na qual os membros da sociedade têm de funcionar. As suas respostas a estas regras, enquanto indivíduos que lhes obedecem, produzem os resultados económicos que caracterizariam essa sociedade”.

São considerações desta natureza que têm estado por detrás de muitas tentativas de continuarem a fazer da Economia uma ciência social substantiva, que encare um objeto aberto e complexo (por oposição à normatividade formal e redutora). Uma espécie de ciência indisciplinar, mais do que apenas interdisciplinar, que assuma de forma inquieta e cosmopolita uma cidade que é de todos e onde o que há de mais marcante é, afinal, a vida, o processo da vida. De facto, o económico constitui-se, não é um dado, ou uma imanência. Os programas de investigação em Economia que partilham estas ideias encontram raízes em muitas intuições e trabalhos passados e sentem-se desafiados pelas exigências de um conhecimento relevante, próprio dos tempos que correm. São programas institucionalista, evolucionistas, simplesmente heterodoxos, que tratam de entender a Economia como ele dever ser sempre entendida – como Economia Política. Porventura todos eles têm em comum uma coisa, a noção de constituição social da economia.